
**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará- Brasil**



V.13. N. 26. Mai./Ago./ 2019 p. 335-357

ISSN: 2237-0315

Capital, neoliberalismo e seus impactos no ensino superior paranaense: o desmonte da universidade pública

Capital, neoliberalism and their impacts on higher education in the State of Paraná, Brazil: the dismantling of public university

Neide de Almeida Lança Galvão Favaro
Priscila Semzezem

Maria Teresa Orlandini Fernandes
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR
Paranavaí - Paraná - Brasil

Resumo

Analisa-se neste estudo a ofensiva do capital consubstanciada no ajuste neoliberal e suas influências nas políticas educacionais destinadas ao ensino superior paranaense. Seus impactos no Brasil se intensificaram a partir da década de 1990, repercutindo na LDB (Lei nº 9.394/96) e nas sucessivas reformas governamentais, resultando no fortalecimento das IES privadas e na redução de investimentos para as Universidades Públicas. No Paraná, as políticas educacionais se adequaram aos ditames da reestruturação capitalista e aderiram à lógica do mercado, impondo medidas de ajuste fiscal consoantes ao receituário imposto pelos organismos internacionais. Inviabiliza-se, assim, a universidade pública em seus âmbitos estrutural e científico, em total sintonia com as necessidades do capital, o que denota a necessidade de combate a tal projeto no interior da luta mais ampla pela superação desta lógica societal.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Neoliberalismo. Ensino superior paranaense.

Abstract

This study analyzes capital's offensive embedded in the neoliberal adjustment and its influence on education policies towards higher education in Paraná. Its impacts in Brazil intensified since the 1990s, with repercussions on Law No. 9.394/96 (LDB) and successive reforms in government, resulting in the strengthening of private institutions of higher education and less investment for public universities. In Paraná, educational policies have been adapted to the dictates of capitalist restructuring and joined the market logic by e.g. imposing fiscal adjustment measures as seen on international bodies' prescriptions. And so renders impossible the public university in its structural and scientific spheres, now in tune with the needs of capital, which denotes the need to fight such project within the broader struggle to overcome this societal logic.

Keywords: Productive restructuring. Neoliberalism. Higher Education in Paraná.

Introdução

A compreensão e a denúncia das medidas que têm abalado a sobrevivência das universidades públicas no país perpassam por sua apreensão no interior das múltiplas determinações econômicas, sociais e políticas com as quais estão organicamente articuladas.

É no âmbito das relações sociais regidas pelo capital que se situa a práxis humana contemporânea e, conseqüentemente, sua atividade educativa. Diante deste pressuposto, a análise aqui proposta não se reduz ao aspecto político, tendo em vista que a base material assentada na sociabilidade do capital afeta a totalidade social.

Para assegurar a reprodução incessante do capital, é demandado um desenvolvimento constante das forças produtivas. Nesta lógica interna de funcionamento, Mészáros (2002, p. 131) preconiza que o “sistema do capital” permanece como “um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão”.

O avanço das forças produtivas do trabalho não se coloca, entretanto, para a satisfação das necessidades humanas, o que é uma característica inerente a este sistema. Marx (1985, p. 193), ao desvendar sua lógica interna, concluiu que, sob o capital, “[...] o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador”.

O capital é, em si mesmo, uma relação social contraditória. No interior de seu movimento, subsistem duas contradições básicas: a concorrência intercapitalista e a oposição entre as classes sociais burguesa e proletária. O resultado é “[...] que o capital produz a sua vida com a condição de produzir sua morte” (TUMOLO, 2012, p. 160), pois é impulsionado pela concorrência a aumentar sua produtividade. Esta resulta, todavia, na tendência da queda de sua taxa de acumulação e na redução relativa do número de trabalhadores, destruindo assim também a sua fonte de criação.

As sucessivas crises do capital oriundas deste movimento interno exigem medidas econômicas para retomada do crescimento, intensificando suas contradições e demandando a mobilização de seus aparatos políticos e ideológicos. Diante do aprofundamento histórico da desigualdade social e do processo de pauperização

crecente da população, a própria reprodução social é comprometida. Para conter as ameaças sociais, acionam-se estratégias no campo das subjetividades e das políticas, a fim de ocultar a identificação de suas causas.

A educação, inserida nesta lógica societal, vivencia e expressa essas contradições. No caso deste estudo, a educação formal e, mais especificamente, a educação superior, assume um lugar estratégico, aliada a outras esferas da sociabilidade, sendo convocada para formar subjetividades e corrigir as contradições sociais. Sob a orientação e a regulação do Estado, são conduzidos, assim, os ajustes necessários para adequar a educação às necessidades do capital, embora isso não se dê sem resistências e embates próprios desta complexa e contraditória dinâmica social.

Os efeitos destas determinações sobre o ensino superior, especificamente o paranaense, é o objeto desta investigação. Com o intuito de apreender as diretrizes impostas a este nível de ensino diante das atuais demandas do capital, analisa-se inicialmente o avanço da ofensiva neoliberal e sua vinculação à reestruturação produtiva em curso, para identificar a seguir sua manifestação na legislação educacional relativa ao ensino superior. Procede-se, então, ao desvelamento do processo em curso no Paraná, de mercantilização da educação e de desmonte da universidade pública.

Ofensiva neoliberal e suas relações com a reestruturação produtiva

O entendimento das transformações por que passa o ensino superior brasileiro deve ser procurado nas suas raízes mais profundas, no âmbito da dinâmica da crise que atingiu o capital em meados da década de 1970. O esgotamento do modelo econômico amparado na produção taylorista/fordista e em seu correspondente político, o denominado “Estado de Bem-Estar Social”, de matriz keynesiana, levou à constituição de um novo regime de acumulação, denominado “flexível”.

O movimento de reestruturação capitalista combinou diferentes modelos produtivos, de acordo com as condições exigidas em cada conjuntura, subordinando as relações de trabalho e as relações sindicais à ordem do capital. Marx (1985) já demonstrara como as distintas formas de organização social do trabalho expressam o

controle capitalista sobre os processos de trabalho e o quanto isto é necessário para garantir a lógica de valorização do capital.

A reestruturação produtiva gerada como resposta à crise de 1972-1973, mais conhecida como “toyotismo” ou “produção flexível”, expressa a atualidade dessa assertiva, representando o indispensável controle capitalista sobre os processos de trabalho.

Os novos processos de trabalho que aí começam a se desenvolver, [...], nada mais são do que a forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de intensificação da exploração, o que exige uma constante reposição/recriação/ readequação da luta contra a classe trabalhadora, vale dizer, da estratégia burguesa com vistas à hegemonia do capital. Por isso, embora se justifiquem por motivos técnico-econômicos, sua implementação obedece muito mais a uma lógica *político-econômica*. [...] (TUMOLO, 2002, p. 95).

A combinação de diferentes “modelos” produtivos pelas empresas capitalistas, afeta os processos de trabalho no seu conjunto, seja em nível de inovações tecnológicas, seja pela adoção de formas distintas de organização e de gestão do trabalho. Assim se obtém uma intensificação da exploração da força de trabalho, além de criar as condições necessárias para uma vitória política sobre os trabalhadores, conquistando “[...] suas mentes e corações, concomitantemente à neutralização e possível destruição de qualquer forma de organização destes, principalmente aquelas de cunho mais combativo” (TUMOLO, 2002, p. 96).

A fim de recuperar a acumulação capitalista, reordenam-se as formas de controle e exploração do trabalho, reestruturando a produção e os mercados. O acirramento da competição capitalista exige uma mobilidade maior para assegurar lucros, levando à desregulamentação da economia e à intensificação das privatizações, marcando a denominada “globalização”.

Deste modo, todo o sistema produtivo sofre profundas alterações. Do lado das empresas, a intensa incorporação da ciência e da tecnologia à produção tem como resultado reestruturações internas, diminuição do quadro de pessoal, implantação da chamada ‘qualidade total’, introdução de novas sistemáticas de trabalho. Além disso, também aumenta a competição entre as empresas, tanto em nível nacional como internacional. Do lado do trabalho, temos o desemprego crescente, a diminuição do valor da força de trabalho e a exigência da chamada ‘requalificação’ dos trabalhadores, com o fim de adaptar os que ainda são necessários à nova forma de produção (TONET, 2012, p. 90).

No âmbito desta conjuntura mundial é implantado o projeto neoliberal. Anderson (1995) retoma as origens do neoliberalismo nos países onde o capitalismo predominava, logo depois da II Guerra Mundial, nas regiões da América do Norte e Europa. Pautando-se na teoria de Friedrich Von Hayek (1899-1992) e de Milton Friedman (1912-2006), o neoliberalismo conquistou espaço como saída da crise e como programa de governo, passando a ganhar crédito internacional. Um sintoma de sua importância foi que estes teóricos ganharam o prêmio Nobel no ano de 1974 e 1976, de acordo com Azevedo e Catani (2004).

Na década de 1980, o projeto neoliberal foi implementado em vários países, começando com Pinochet, no Chile (1973), prosseguindo com Margaret Thatcher, na Inglaterra (1979), e com Reagan, nos Estados Unidos, chegando sequencialmente em outros países nos anos de 1990 (AZEVEDO; CATANI, 2004).

Trata-se de uma estratégia que adota a intervenção mínima do Estado em diversos âmbitos da vida social. Segundo Harvey (2008), o Estado neoliberal defende os direitos individuais, a propriedade privada, o livre comércio e seu livre funcionamento. Assegura-se, com tal ideologia, a defesa dos fundamentos da relação do capital.

Os setores anteriormente administrados pelo Estado devem, com este modelo, ser passados para a iniciativa privada, desregulados e sem qualquer tipo de intervenção. Toda competição entre pessoas, empresas, ou até mesmo cidades, regiões e países é um benefício primordial difundido nesta ideologia, conforme assevera Harvey (2008).

Netto e Braz (2012) consideram o neoliberalismo uma alternativa constituída por várias estratégias econômicas, políticas e jurídicas, para manter o capital e sair da crise de mercado. Trata-se de um constructo ideológico que se difundiu, legitimando “[...] precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 239).

Identificar as funções e características do complexo do Estado no âmbito do neoliberalismo não é uma tarefa simples, sendo necessário considerar as condições de cada conjuntura para apreendê-las em suas particularidades.

O caráter geral do Estado na era da neoliberalização é de difícil descrição por duas razões específicas. Em primeiro lugar, tornam-se rapidamente evidentes

desvios do modo da teoria neoliberal, [...]. Em segundo, a dinâmica evolutiva da neoliberalização tem agido de modo a forçar adaptações que variam muito de lugar para lugar e de época para época (HARVEY, 2008, p. 80).

O Estado se torna responsável por implementar as medidas consideradas necessárias para assegurar os interesses do capital, mesmo sob a roupagem de um “Estado Mínimo”. Para Netto e Braz (2012, p. 239), “[...] Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital”. Por intermédio de tal projeto, está em marcha a destruição de regulamentações e direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Nos limites desta pesquisa, discute-se a inserção do Estado neoliberal e as características que adquiriu na sociedade e realidade brasileiras. O neoliberalismo começou a tomar corpo no governo Collor de Melo (1990-1992), sendo o Brasil o último país da América Latina a adotar este sistema. Ele foi viabilizado por meio de acordos internacionais, como o “Consenso de Washington” (FILGUEIRAS, 2003).

O “Consenso de Washington” pode ser considerado um conjunto de medidas idealizadas por economistas de instituições financeiras, destacando-se dentre elas o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). As intervenções por eles conduzidas, “[...] por meio de seus financiamentos e projetos de assistência, tornaram-se centros de propagação e implantação do ‘fundamentalismo de livre mercado’ e da ortodoxia neoliberal” (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 68). Tais medidas se estenderam para os países periféricos, como o Brasil, orientando seus “ajustes” econômico-sociais. Dentre as principais reformas indicadas, estão as privatizações e a abertura para o mercado internacional.

O governo de Itamar Franco (1992-1994) prosseguiu com sua implementação, mas foi com Fernando Henrique Cardoso (FHC) na presidência (1995-2002) que se intensificou a adoção desse receituário. A era Lula da Silva (2003-2011) deu continuidade à orientação macroeconômica do período de FHC, assumindo a prática neoliberal e até aprofundando-a, já que inexistia qualquer oposição parlamentar e institucional.

Isto pode ser comprovado, segundo Netto (2010, p. 13), pelas “[...] relações com o FMI e a condução da contrarreforma do Estado”, cujo resultado foi o acréscimo

do percentual do *superávit* primário, bem como a reforma previdenciária e as alterações trabalhistas e sindicais que já se esboçavam naquele período. No âmbito das políticas sociais, era e continua sendo necessária a crítica radical à sua limitação estrutural, que tinha na equipe econômica a palavra final.

Mesmo diante do prosseguimento de tais políticas, facções da burguesia nacional comprometidas com o capital internacional derrubaram o governo Dilma Rousseff (2012-2016), intensificando a passos largos as ações de um Estado inteiramente voltado a assegurar a recuperação das taxas de acumulação do capital, sob os governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-).

Tais fatores permitem inferir que “[...] A tônica deste projeto era e continua a ser uma inserção inteiramente subordinada do Brasil no processo de globalização”, sob o comando das instituições internacionais, “[...] sob clara hegemonia dos interesses norte-americanos” (TONET, 2012, p. 91).

Seus efeitos são intensos no âmbito das políticas sociais e da educação. Efetivam-se, assim, de modo autoritário e acelerado, sob o argumento de “recuperação” da crise econômica, medidas destinadas a enfrentar os problemas gerados pelo aprofundamento do pauperismo dos trabalhadores e do exército industrial de reserva. Diante da ameaça frente ao potencial explosivo das reações dos trabalhadores, aciona-se o complexo social do Estado para disciplinar o pauperismo. Sob o avanço do capital e da ideologia neoliberal:

[...] A finalidade do Estado não é eliminar a pobreza, mas preservar a propriedade privada como relação social e jurídica, restringindo o raio de sua ação para o campo político. Assim, do ponto de vista político, a resolutividade do problema do pauperismo torna-se uma questão de administração e assistência (PIMENTEL, 2012, p. 235).

A educação formal e pública é afetada em sua dinâmica por tal projeto do capital, consubstanciando-se em um dos alvos primordiais dos programas de combate à fome e à pobreza (Programa Bolsa Família – 2003), sob a égide de políticas públicas e educacionais conduzidas nos países periféricos pelos organismos internacionais. Segue-se, assim, a tendência do mercado, priorizando a educação básica, articulando-a “[...] à questão social em suas dimensões relacionadas à pobreza e às ações políticas estatais para conter o caráter explosivo que as contradições de classe trazem em seu

interior” (PIMENTEL, 2012, p. 238). Seguindo a orientação de tais organismos, primeiro vieram os ajustes econômicos, depois as reformas de Estado e, por fim, o desmonte dos direitos sociais. A educação não ficou imune a tal processo:

No contexto dessas orientações gerais, inscrevem-se as reformas educativas, de modo a produzir um ordenamento no campo educacional necessário a: a) adequar as políticas educacionais ao movimento de esvaziamento das políticas de bem-estar social; b) estabelecer prioridades, cortar custos, racionalizar o sistema, enfim, embeber o campo educativo da lógica do campo econômico e c) subjugar os estudos, diagnósticos e projetos educacionais a esta mesma lógica (WARDE; HADDAD, 2000, p. 11).

Tais políticas induzidas pelos organismos internacionais desde os anos de 1990, em especial o BM, preconizam “[...] que, devido ao princípio geral de que os recursos são escassos, todo país deve realocar recursos públicos da educação superior e técnica para a educação básica”, subsidiando apenas os alunos que, “[...] estando capacitados para aprender, não podem pagar por sua educação” (CORAGGIO, 2000, p. 100).

A aplicação *ipsis litteris* deste receituário à educação brasileira, recomendado pelos países do capitalismo central aos países periféricos por intermédio da denominada “cooperação técnica e financeira” dos organismos multilaterais, fica cada vez mais intensa e explícita. Identificar seus efeitos e características para o ensino superior brasileiro é o objetivo do próximo item desta discussão.

Políticas educativas neoliberais: consequências para o ensino superior brasileiro

Os anos de 1990 foram de grandes mudanças no que se refere à intervenção do Estado. Diante das influências internacionais, o Brasil empreendeu inúmeras reformas políticas e sociais, dentre elas as educacionais. Neste contexto instituiu-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Já na campanha para o primeiro mandato, FHC assinalava a educação como uma de suas principais metas, associando-a ao novo estilo de desenvolvimento econômico. Aprovou-se a atual LDB, com um tom marcadamente neoliberal, diante de resistências acirradas da comunidade educacional. Esse processo estendeu-se de 1988 até 1996, sendo que só então teve seu desfecho, com a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), em meio a um ambiente de muitos desagrados e insatisfações. No que se refere ao ensino superior, a “[...] interação dos atores políticos e os conflitos de interesses produziram um texto que, em linhas gerais, combinava a coexistência entre instituições públicas e

privadas de ensino e a manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais [...]” (CARVALHO, 2008, p. 196).

A atual LDB desencadeou uma profunda mudança no ensino superior, sendo-lhe dedicado o capítulo IV, artigos 43 a 57. Foram regulamentadas suas finalidades, formas diferentes no processo seletivo, introdução de diretrizes curriculares para os cursos de graduação, além de uma nova caracterização institucional. O artigo 45 autoriza o funcionamento de instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização, transparecendo sua orientação neoliberal.

Severino (2008, p. 80) destacou também o Decreto 2.306, de agosto de 1997, que a seu ver constituiu “[...] uma verdadeira reforma universitária” sob a inspiração neoliberal. Isto porque inclui em seu conteúdo as formas de organização das entidades mantenedoras privadas, no artigo 1º; as condições de funcionamento das entidades mantenedoras sem fins lucrativos, no artigo 2º; as condições das instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, no artigo 3º; além das entidades com fins lucrativos, nos artigos 4º e 7º.

Ainda por intermédio deste Decreto, regulamentou-se o que dispunha o artigo 45 da LDB, classificando as instituições do sistema federal de ensino superior. Na prática, o que se sacramentou, conforme Severino (2008), foi uma verdadeira divisão entre universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores, em que apenas as universidades devem manter também a extensão e a pesquisa.

Neste contexto, explica Lima (2013), ocorreu a expansão do acesso ao ensino superior pela via privada, com Instituições de Ensino Superior (IES) de caráter não universitário, o que desobriga, pelas normativas, o investimento e a implantação de políticas de pesquisa e extensão. Além disso, a reconfiguração do ensino superior brasileiro, viabilizada no governo FHC, acabou por identificá-lo como atividade pública não estatal.

Isto significa que o ensino superior passa a ser caracterizado como um “serviço prestado”, portanto, justifica-se que o financiamento público pode ser destinado às IES privadas, assim como o inverso, o financiamento privado pode ir para o público.

Este processo foi estabelecido a partir de contratos de gestão, remetendo ao financiamento condicionado às metas estabelecidas pelo governo federal.

Prevalece assim uma orientação das IES estabelecida a partir de critérios técnicos, ficando evidente o avanço neoliberal sob o comando dos organismos internacionais e do ensino superior privado. A educação é tratada como uma mercadoria, sobressaindo-se a lógica da flexibilidade e da avaliação, beneficiando a privatização e afetando diretamente a qualidade do ensino e as funções da universidade (LIMA, 2013).

Para Lima (2013), a interposição do projeto neoliberal na universidade pública brasileira ocorre por meio de três núcleos. O primeiro, pela diminuição de universidades públicas, através da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O segundo, pelo estímulo à privatização interna das IES públicas e ao aumento de isenção fiscal para empresários da educação superior. Por fim, pela intensificação do trabalho docente, estimulada pelo produtivismo e competição. O Estado tem um papel essencial ao garantir no campo normativo a regulamentação desse processo.

O aumento quantitativo das IES privadas nos país é estimulado diante da diminuição das exigências e dos investimentos. Na Tabela I, verifica-se a expansão significativa de instituições privadas para o ensino superior no país nas últimas décadas, em detrimento das públicas:

Tabela 1 – Número de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas no Brasil

Ano	Número de IES públicas	Número de IES privadas	Número Total de IES
1998	209	764	973
2000	176	1.004	1.180
2010	278	2.100	2.378
2016	296	2.111	2.407

Fontes: Inep (1999; 2001; 2011; 2017).

Constata-se a criação, ao longo de 18 anos, de 1998 a 2016, de um total de 1.347 IES privadas no Brasil. Estes dados revelam dois elementos: o aumento da oferta em relação ao ensino superior no país e a sua efetivação pela via privada. Reafirma-se, assim, a desresponsabilização do Estado quanto ao ensino superior público.

Também no governo de Lula houve reformulações no ensino superior. Lima (2013) destaca que foi então criado e implantado um conjunto de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos, demonstrando ser este um ponto de pauta importante.

O sistema neoliberal adquiriu aí uma nova forma, segundo Leher (2004), mas não se extinguiu. A política sugeria ser de esquerda, o que dificultou o entendimento deste processo. Exemplos disso são o Programa Universidades para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que foram apresentados sob o manto de um discurso democrático, mas que beneficiam diretamente a expansão do ensino privado.

Com tais medidas, o governo deixa de arrecadar tributos e beneficia os empresários da educação privada, por meio de isenção de impostos. Além disso, faz propaganda para os filhos dos trabalhadores, dizendo que estão ocupando vagas ociosas nestas instituições (QUEIROZ, 2015).

A expansão de vagas nas universidades públicas nos governos de Lula e Dilma se deu mediante o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Criaram-se então “[...] 18 instituições federais nas gestões petistas”, mas o problema é que estas “[...] passaram a disputar os recursos que vêm sendo proporcionalmente diminuídos”, ameaçando sua manutenção e as condições de trabalho e de ensino (SILVA; SILVA, 2017, p. 131).

Assim, a continuidade da lógica de privatização é comprovada nos dados estatísticos do período. No ano de 2003, no início da gestão de Lula, o número de instituições de ensino superior era de 1.859, sendo 207 públicas (11,13%) e 1.789 privadas (88,97%). Em 2010, no final de seu mandato, houve um aumento no número de instituições, sendo que do total das 2.378 existentes, 71 foram criadas na esfera pública e 448 na esfera privada. Mesmo com essa expansão, restaram 11,69% de instituições públicas e 88,31% de instituições privadas no total do ensino superior, conforme Rosa (2013), mantendo-se o quadro anterior.

Como resultado, nas últimas décadas a história da educação superior no Brasil demonstra um aumento quantitativo no número de matrículas, no entanto, permanece a discrepância em relação à oferta para o ensino superior nas esferas

pública e privada. No ano de 2016, segundo o Censo do Inep (2017), as matrículas no ensino superior estavam assim distribuídas: do total de 8.048.701 matrículas, 1.990.078 eram nas instituições públicas e 6.058.623 nas privadas. Isto evidencia o caráter da extensão do ensino superior no Brasil, em que apenas 24,73% das matrículas estavam no setor público.

É possível afirmar, portanto, que desde o governo FHC, continuando no governo de Lula e também de Dilma, houve um aumento no ensino superior privado e total apoio a este setor, por meio da diminuição do financiamento das políticas públicas sociais (SILVA; SILVA, 2017). Outro aspecto do projeto neoliberal adotado, já indicado anteriormente, ocorreu especialmente no segundo governo de Lula (2007-2010). As ações resultaram em “[...] intensificação do trabalho docente, massificando a formação profissional e reconfigurando o papel das universidades públicas” (LIMA, 2013, p. 3).

No governo de Temer, por sua vez, acirraram-se as medidas neoliberais. A maior expressão de tal gestão foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, no dia 16 de novembro de 2016, resultante das PEC’s 241 e 245 que tramitaram na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Ela estabelece um limite para os gastos federais, por vinte anos, ou seja, até 2036. Desconsidera as taxas de crescimento econômico e de crescimento demográfico, inviabilizando a expansão e até a manutenção das políticas públicas. Este processo se aprofunda no atual governo.

Filgueiras, Druck e Moreira (2018) constataram, dentre seus efeitos já visíveis, a redução efetiva dos repasses de recursos para as IES públicas, tanto para gastos com investimentos, através de paralisação de obras, quanto para gastos correntes ordinários, que garantem o funcionamento cotidiano destas instituições.

O Relatório publicado pelo Grupo do Banco Mundial (2017), contendo orientações para o gasto eficiente no Brasil, publicado em novembro de 2017, constatou que a maioria dos estudantes brasileiros estão matriculados em IES privadas. Na lógica da racionalidade e produtividade que lhe é inerente, afirmou que os estudantes inseridos em IES públicas “custam” de duas a três vezes mais do que os das IES privadas. Omite-se, assim, que estas últimas estão isentas de investimentos nas áreas de pesquisa e extensão. Desta forma, a constatação é que: “As universidades

privadas Brasileiras tendem a ser mais eficientes do que as públicas” (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2017, p. 134).

No âmbito da ciência, o país e as universidades também estão sendo diretamente afetados. Uma característica relevante é que a maioria das universidades é pública e que as IES privadas se configuram geralmente em faculdades. Isto significa que o desenvolvimento da pesquisa e da extensão é realizado majoritariamente nas universidades públicas, restando pouco espaço aos mesmos no cômputo geral das IES do país.

Quanto ao desenvolvimento das pesquisas brasileiras, as implicações das atuais políticas são graves. No ano de 2017, por exemplo, houve um corte significativo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), pois neste ano o orçamento que exclui despesas com pessoal foi de R\$ 3,2 bilhões, sendo que em 2014 foi de 7,3 bilhões (MARQUES, 2017). Os recentes anúncios de mais cortes no orçamento da pesquisa e das universidades públicas são alarmantes.

No ano de 2018, como parte desse processo de descaso, foram anunciados possíveis cortes para o orçamento do Ministério de Educação (MEC), na ordem de 11%. Este atingiu diretamente o orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), prevendo-se uma redução direta de 200 mil bolsistas. Novos cortes estão sendo desferidos no ano de 2019. Este processo, conforme afirma Neves (2018), implica no desenvolvimento do ensino superior, bem como no avanço da ciência e da tecnologia no país. Ele ainda explica que:

Engana-se quem imagina que as medidas do Governo Temer de congelamento dos investimentos públicos são por falta de recursos, pois esses sobram para dar benefícios fiscais à indústria e ao agronegócio, para a exportação de produtos agrícolas, para o pagamento de juros aos bancos que consomem 47% do orçamento nacional. O que está por trás de tais cortes é o desmonte da ciência e da pesquisa nas IFES, responsáveis por 95% da produção científica no país, da indústria nacional e das estatais (NEVES, 2018, p. 1).

A compreensão radical deste quadro é apreendida em sua associação com as transformações societárias em curso, que se estendem no campo da economia e da política, nas quais o Brasil e o mundo estão integrados. Os atuais processos de reorganização produtiva do capital afetam o conjunto da sociedade e assolam a classe trabalhadora, com a precarização e flexibilização do trabalho, a destituição de direitos,

a desresponsabilização do Estado no âmbito social e a prevalência da mercadorização nas diversas esferas da vida social, entre elas a educação e o ensino superior.

O processo em curso, portanto, não está relacionado somente a uma política de governo, mas vincula-se diretamente ao projeto do capital. Este tem na educação uma grande fonte de lucros e, conseqüentemente, invade cada vez mais diretamente o campo da formação humana. A educação é tratada como uma mercadoria rentável, pois o “negócio” educacional mobiliza grandes somas de capital no Brasil. Exemplo disso é a significativa expansão e rentabilidade do grupo Kroton, que tem atualmente:

[...] 667 polos de Educação a Distância, 124 campi de ensino superior e mais de um milhão de matrículas no ensino superior e pós-graduação, 41 mil alunos no Pronatec, 290 mil alunos de educação básica e mais de 600 escolas parceiras em 18 estados e 83 cidades brasileiras, além de sua atuação internacional (GAMA, 2018, p. 1).

O ensino superior brasileiro está, portanto, configurado pela lógica da mercantilização e da privatização, expresso no aumento do número de IES privadas, na privatização das IES públicas e no produtivismo que configura a política de pesquisa de pós-graduação (LIMA, 2013).

A educação é assim concebida como um bem econômico, tornando-se visíveis as determinações do ideário neoliberal que predomina neste âmbito, expressando a lógica inerente à sociabilidade do capital no estágio atual. O Estado do Paraná não ficou imune a tal processo e também sofreu alterações neste período. Identificar suas características gerais e as atuais medidas que afetam a universidade pública é o que se propõe a seguir.

O sucateamento da universidade pública paranaense na atualidade

O Estado do Paraná acompanhou a tendência nacional de abertura ao capital estrangeiro a partir da década de 1990, tanto no âmbito econômico como no educacional. Houve, assim, um processo de minimização do Estado em setores sociais, além de uma reorganização institucional, alinhando-se gradativamente às recomendações neoliberais. Estas medidas foram tomadas em distintos governos¹, aprofundando-se na atualidade.

O processo de expansão das IES privadas também pode ser constatado nas últimas décadas no Paraná. No ano de 2005, por exemplo, em relação à década de 1990, houve um aumento substancial das instituições privadas. Isto ocorreu diante da

crecente demanda por educação superior e dos parcos investimentos nas universidades públicas. Em 1995 havia 33 universidades privadas e 23 públicas, mas em 2005 esta diferença saltou, resultando em 150 instituições privadas contra apenas 22 públicas, conforme o Quadro 1:

Quadro 1– Número de Instituições de Educação Superior no Estado do Paraná - 1995 e 2005

Categoria administrativa		1995	2005
Públicas	Federal	02	02
	Estadual	17	17
	Municipal	04	03
Total Públicas		23	22
Privadas	Particular	31	125
	Comun/ Confes/Filant	02	25
Total Privadas		33	150
Total Geral		56	172

Fonte: Inep – Sinopse Estatística 1995 e 2005 (apud ALTOÉ, 2007, p. 78).

No governo de Roberto Requião (2003-2010) houve promessas de melhoria para o financiamento nas universidades públicas, mas este acordo não foi cumprido, pois ainda nesse período foram fechados cursos de graduação, suspensos concursos públicos, além de proibida a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação. Despontava, assim, o autoritarismo desse governo, de acordo com Altoé (2007).

Na gestão do governador Beto Richa (2011-2018) os ataques às universidades públicas se intensificaram, o que se mantém no atual cenário. Segundo Sousa (2013), as organizações privadas são as que predominam, enquanto que nos setores públicos perdura uma extrema cobrança para a racionalização em todas as áreas, com o intuito de reduzir custos e com isso alcançar melhores resultados.

Atualmente, segundo Antunes (2017, p. 107), “[...] o Estado do Paraná conta com sete universidades paranaenses, duas universidades federais e 208 IES privadas – no âmbito das IES privadas, contabilizamos cinco universidades, 10 Centros Universitários e 193 faculdades”. É visível a expansão contínua da oferta do ensino superior privado e a acentuada redução da necessidade de oferta de formação articulada à pesquisa e à extensão.

Para agravar a situação, o corte de investimentos e de orçamento para as IES públicas é intenso e vem ameaçando suas próprias condições de funcionamento. Desde 2015 o Paraná vive um cenário de intensificação destas medidas, com dificuldades nas áreas sociais e ajuste fiscal permanente. No ano de 2017, diante das imposições da União, com as restrições de caixa e o crescimento de despesas limitados pela inflação, os investimentos em educação tiveram queda de cerca de 11% (ADUNICENTRO, 2017b).

Em consonância com tais diretrizes, foi aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná, em primeira votação, o Projeto de Lei nº 556, que previa a redução de despesas com políticas públicas, resultando na Lei nº 19.158, de 10 de outubro de 2017. Esta legislação determina que nos anos de 2018 e 2019 as despesas sejam limitadas ao índice da inflação acumulada no ano interior. É mais uma estratégia para reduzir os investimentos nas políticas públicas, conforme constatou a APP Sindicato (2017).

Outra esfera de ataque às universidades se dá no âmbito de sua autonomia, que é ameaçada em seus fundamentos. Isto apesar da Constituição do Estado do Paraná, de 1989, reforçar a autonomia prevista na Constituição Federal de 1988. Em seu Art. 181, a Constituição estadual prevê ainda que: “[...] As instituições de ensino superior do Estado terão recursos necessários à manutenção de pessoal, na lei orçamentária do exercício, em montante não inferior, em termos de valor real, ao do exercício anterior” (PARANÁ, 2006, p. 84).

A proposta de “regulamentação da autonomia” das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES foi apresentada pela primeira vez no governo Lerner (1995-2002). Por intermédio do movimento de três segmentos da comunidade universitária paranaense, principalmente pelo movimento paredista protagonizado pelos professores e funcionários da UEL, UEM e Unioeste, esta proposta foi, no entanto, rejeitada (REIS, 2015).

Em fevereiro de 2015, contudo, o governador Beto Richa novamente propôs a “concessão de autonomia financeira às IEES”, apresentada aos reitores das universidades estaduais do Paraná. Na proposta, acoplava o financiamento das universidades estaduais paranaenses a uma taxa da receita tributária líquida. O propósito do governo em relação à autonomia das IEES tem uma linha comum que liga as distintas gestões políticas. Trata-se de uma tentativa dos governos, principalmente

de Lerner e Richa, de renunciarem ao financiamento integral das IEES pelo Estado (REIS, 2015).

Além da ameaça à sua autonomia, a universidade pública tem suas funções primordiais afetadas diante da flexibilização, desregulamentação e precarização do trabalho docente. Em fevereiro de 2015 o governo enviou para a Assembleia Legislativa um “pacote” de medidas para cortar gastos e retirar direitos dos servidores, conquistados ao longo da história por meio de greves e tensões (REIS, 2015). Diante deste conjunto de medidas, os servidores paranaenses desencadearam greves para tentar evitar perdas de seus direitos, além de conter o sucateamento das universidades públicas.

O motivo legal para justificar a greve foi o não pagamento do terço de férias, no início do ano de 2015. Pela primeira vez os docentes e funcionários das sete universidades paranaenses organizaram uma greve unificada, juntamente com outros servidores do Estado, com as seguintes pautas de reivindicações: “a) Pagamento imediato de 1/3 de férias; b) Rejeição do pacote do governo estadual que suprimia direitos (aposentadoria integral e quinquênio); c) Rejeição do projeto de ‘autonomia financeira’ das Universidades” (REIS, 2015, p. 23-24).

A repressão do Estado ao movimento de resistência dos trabalhadores da educação ficou marcada com o histórico “Massacre de 29 de abril”, em que mais de 200 pessoas se feriram, sem que houvesse nenhuma responsabilização judicial. Alguns acordos foram feitos então com os servidores públicos, mas não foram cumpridos, ficando os mesmos sem as reposições da inflação até este início do mandato de Ratinho Júnior. Apesar da existência dos recursos, os reajustes legais não têm sido pagos, sob a justificativa de que foram renegociadas as dívidas com a União (ADUNICENTRO, 2017a).

No ano de 2018, momento em que a vice-governadora Cida Borghetti assumiu o executivo no Estado do Paraná, houve a proposição de um projeto para reajuste salarial de 1%, que não corresponde minimamente à correção dos índices de inflação. Revisto posteriormente, o projeto não foi encaminhado, com a alegação de questões orçamentárias que o inviabilizam. Para o ano de 2019, portanto, não há previsão de correção dos índices inflacionários, completando-se 04 (quatro) anos sem reposição

salarial dos servidores do Estado do Paraná, incluindo os professores das IEES públicas paranaenses.

Além da questão financeira, os quadros de reposição de docentes efetivos, aposentados e inativos, permanecem estagnados, ameaçando a sobrevivência dos cursos de graduação e de pós-graduação públicos. Seus efeitos nas universidades são visíveis e tendem a se agravar. Intensifica-se ainda mais a utilização do trabalho do professor temporário, em condições precárias, sem estabilidade e com superexploração de sua jornada de trabalho, em perfeita sintonia com a reestruturação produtiva em curso.

Os diversos ataques se dão no âmbito de direitos regulamentados, ficando claro que, necessariamente, estes não são assegurados perante as necessidades impostas pelos determinantes econômicos e políticos que envolvem a complexa dinâmica social atual.

É possível afirmar, portanto, que, tanto no âmbito educacional quanto em outros setores, o Paraná adota a concepção neoliberal e segue à risca as imposições do capital internacional. Conforme preconizado no âmbito da totalidade deste estudo, torna-se necessário reafirmar, em concordância com Abdalla (2017, p. 1), que esse processo não está relacionado a um governo ou partido político, mas sim ao projeto do capital. “[...] Sua intenção é tornar as leis e a administração do país totalmente favoráveis para suas metas de maximização dos lucros”. Desta forma, o processo em curso independe de vontades individuais, sendo que possivelmente o caminho que resta é o de enfrentamentos mais amplos e radicais.

Considerações finais

Ao final deste estudo se evidencia a submissão da educação superior brasileira e paranaense aos ditames do capital em seu estágio atual. Com esse projeto político e econômico paranaense, voltado para o atendimento dos interesses do capital, as universidades públicas sucumbem. O desvelamento deste processo, que envolve complexos aspectos sociais, políticos e ideológicos, torna-se vital diante do necessário combate a ser empreendido contra a ordem burguesa e suas contradições.

Desvelar os mecanismos ideológicos e regulamentares adotados pelas políticas educacionais, que visam ocultar a raiz desses problemas e dissolver as lutas radicais em

reformas paliativas, que não atingem as causas dos problemas, é tarefa vital na produção do conhecimento atual.

O momento é de vitória do capital, o que reforça a necessária e imprescindível mobilização de esforços em prol da defesa de um projeto societário que ultrapasse uma formação humana e uma condição de vida pauperizada para a maioria da população, submetida às demandas de valorização do capital. Seu enfrentamento exige uma luta mais ampla, de superação do próprio capital, pois só assim será possível assegurar uma educação superior que de fato atenda às necessidades humanas.

Referências

ABDALLA, Maurício. 13 pontos para embasar qualquer análise de conjuntura. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 1, maio 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/13-pontos-para-embasar-qualquer-analise-de-conjuntura/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ADUNICENTRO. Sindicato dos docentes da Universidade do Centro Oeste – Seção Sindical do Sindicato Nacional dos docentes do Ensino Superior – Andes, et al. **Governo confirma calote na data base dos servidores estaduais**. Nota Pública dos Sindicatos docentes das Universidades Estaduais do Paraná. Guarapuava, 28 set. 2017a.

ADUNICENTRO. **Aperto de Richa tira 5,1% do Ensino Superior: educação e investimentos perderão 11%**. Nota Pública dos Sindicatos docentes das Universidades estaduais do Paraná. Guarapuava, 17 out. 2017b.

ALTOÉ, Neusa. **As Universidades Estaduais do Paraná: Os caminhos da heteronomia**. 2007. 128 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Emir, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais eo Estado democrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-37.

ANTUNES, Andressa Elisa Martos. **O movimento de expansão dos cursos de graduação em serviço social no estado do Paraná: a particularidade da educação a distância**. 2017. 213 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Toledo, 2017.

APP SINDICATO. Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná. **Aprovada em primeira votação, Lei do Teto dos Gastos, Estadual**. Notícias, 3 out. 2017.

AZEVEDO, Mário L. Neves; CATANI, A.M. **Universidade e neoliberalismo: o Banco Mundial e a Reforma universitária na Argentina**. Londrina: Práxis, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Cristina H. A. de. Política econômica, finanças públicas e as políticas para educação superior: de FHC (1995 a 2002) a Lula (2003-2006). In: RODRÍGUEZ, Margarita V.; ALMEIDA, Maria de L. P. de (Orgs.). **Políticas educacionais e a formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro/ Editora UCDB, 2008, p. 191-213.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 75-123.

FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela A.; OLIVEIRA, Maria Teresa C. de. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley (Org.). **A Direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010, p. 39-95.

FILGUEIRAS, Luiz. **Neoliberalismo e crise na América Latina: o caso de Brasil**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; MOREIRA, Wallace. Sobre o caráter da burguesia brasileira. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 127. ed., 1 fev. 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/sobre-o-carater-da-burguesia-brasileira/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GAMA, Zacarias. Kroton Educacional: expansão e sujeição de todos ao trabalho. **Carta Capital**, 9 maio 2018. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/05/09/kroton-educacional-expansao-e-sujeicao-de-todos-ao-trabalho/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Nov. 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação superior 1998**. Brasília: O Instituto, 1999. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/miolo-Superior1-98.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação superior 2000**. Brasília: O Instituto, 2001. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação superior 2010**. Brasília, Inep, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 out. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação superior 2016**. Brasília, Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LEHER, Roberto. Para silenciar os Campi. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 867-891, Esp., out. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 04 nov. 2017.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). **Serv. Soc. e Educ. Rio** de Janeiro: Lumens Juris, 2013, p. 1-26.

MARQUES, Fabrício. Financiamento em crise. **Rev. Pesq. Fapesp**, São Paulo, ed. 256, p. 20-29, jun. 2017. Disponível em: http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/06/020_financiamento_256.pdf. Acesso em: 03 nov. 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO. José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serv. Soc. e Sociedade**, n. 79, ano XXIV, p. 5-26, set. 2004, 2. reimp. maio 2010.

NETTO. José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, Lafaiete. Desmonte da ciência e da pesquisa no Brasil. **Gazeta do Povo**, Artigos, p. 1, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/o-desmonte-da-ciencia-e-da-pesquisa-no-brasil-8wt2hpmpeqmu6j2p2faqimn8y/>. Acesso em 20 ago. 2018.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná**. 1989. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006. Disponível em: http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/constituic_parana.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

PIMENTEL, Edlene. Questão social e o pauperismo na escola pública. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 227-239.

QUEIROZ, Viviane de. Programa Universidades pra Todos – PROUNI: Novos Arranjos da Contra Reforma da Educação Superior Brasileira. In: **Anais...** XXIII Seminário Nacional

da Rede Universitárias, BR, n. 23, 2015, Belem/PA. Disponível em: <http://www.belemvirtual.com/seminariouniversitas>. Acesso em: 30 out.2017.

REIS, Luiz Fernando. A proposta de “Regulamentação da Autonomia ” e de vinculação do financiamento das Universidades Paranaenses à Receita Tributária Líquida apresentada pelo governo Beto Richa em fevereiro de 2015. In: **Anais... XXIII Seminário Nacional da Rede Universitárias**, BR, n. 23, 2015, Belém/PA. Disponível em: <http://www.belemvirtual.com/seminariouniversitas>. Acesso em: 29 de out.2017.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Políticas públicas para a educação superior no governo Lula. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, GO, v. 11, n. 1, p. 168-188, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/27005/15422>. Acesso em: 28 out. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**, Curitiba, Editora UFPR, n. 31, p. 73–89, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06>. Acesso em: 20 set. 2017.

SILVA, Tatianne Amanda Bezerra; SILVA, Jamerson A. de Almeida da. Política de ensino superior, universidades federais brasileiras e trabalho docente no governo Dilma Rousseff (2011-2016). **Rev. Tempo e Espaço em Educ.**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v.10, n. 23, p. 123-140, set./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20592/revtt.v10i23.6.441>. Acesso em: 29 out. 2017.

SOUSA, Silmara Eliana de. **A gestão educacional no Paraná 2011-2013**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

TONET, Ivo. Universidade pública: o sentido da nossa luta. In: _____. **Educação contra o capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 87-93.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho, ciência e reprodução do capital. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 157-161.

WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. Apresentação. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 9-12.

Sobre as autoras

Neide de Almeida Lança Galvão Favaro

Doutora em Educação (UFSC), Professora Adjunta no Colegiado de Pedagogia da Unespar, Campus de Paranaíba, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital (GEPTESC/CNPQ), e integrante do Grupo de

Estudos Capital, Trabalho e Educação (GECATE/CNPQ). E-mail: neidegafa@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0569-7225>.

Priscila Semzezem

Mestre em Serviço Social e Política Social (UEL), Professora Assistente no Colegiado de Serviço Social da Unespar, *Campus* de Paranavaí, Vice-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital (GEPTESC/CNPQ). E-mail: priscilasemzezem@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5410-2585>.

Maria Teresa Orlandini Fernandes

Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital (GEPTESC/CNPQ), Licenciada em Pedagogia na Unespar, *Campus* de Paranavaí. E-mail: maiteorlandini@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9181-6539>.

Nota

ⁱ O Paraná, de 1983 a 1994, esteve sob o comando do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mais especificamente, entre 1983 a 1986 com o governo José Richa; entre os anos de 1987 a 1990 com o governo de Álvaro Dias; e de 1991 a 1994 com Roberto Requião. De 1995 a 2002 foi governado por Jaime Lerner, no primeiro mandato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e no segundo pelo Partido da Frente Liberal (PFL); e de 2003 a 2010 por Roberto Requião, pelo PMDB, alcançando a reeleição. Assumiu depois o governo de Beto Richa (2011-2018), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que foi substituído ao final pela vice-governadora, Cida Borghetti, do Partido Progressista (PP); estando atualmente em exercício Ratinho Júnior (2019-), do Partido Social Democrático (PSD).

Recebido em: 02/03/2019

Aceito para publicação em: 20/03/2019